

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## “RESIST NOT EVIL”: PROFECIA, REPÚBLICA E REGICÍDIO NA INGLATERRA ENTRE OS ANOS 1650 E 1660

Verônica Calsoni Lima<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo

[veronica.calsoni@usp.br](mailto:veronica.calsoni@usp.br)

Depois de duas Guerras Civis entre o rei e o Parlamento, a monarquia foi suspensa na Inglaterra entre 1649 e 1660. Carlos I foi condenado por traição contra o povo inglês em janeiro de 1649, depois de ter sido capturado pelas forças parlamentares e julgado culpado pelo derramamento de sangue dos conflitos armados. A partir de então, a Inglaterra passou por outras experiências políticas: uma república entre 1649 e 1653, um protetorado entre 1653 e 1659, uma nova e breve república em 1659 e um retorno para a monarquia a partir de 1660. O contexto turbulento foi significativo para as expectativas milenaristas do período. A execução pública do rei, episódio nunca antes ocorrido na história inglesa, foi interpretada por muitos como um sinal do ruir da quarta monarquia e, portanto, da iminência do Milênio (HILL, 1987; CAPP, 2008a).

Quando o governo monárquico foi restaurado em 1660, com a coroação de Carlos II, as expectativas proféticas não foram aniquiladas. A derrota dos diferentes projetos políticos que estiveram em pauta durante a Revolução Inglesa não levou, como se pensou anteriormente, a um quietismo das perspectivas religiosas dissidentes (HILL, 2016; GREAVES, 1990). Como pontuado por Sharon Achinstein (2003, p.9-10), “as crenças no milenarismo radical, as esperanças de que o fim dos tempos estava próximo, dificilmente foram silenciosas.”<sup>2</sup> Se Cristo não havia retornado não era porque a profecia estava errada. O erro estava na interpretação, a qual poderia ser (e era) constantemente atualizada a fim de fornecer explicações acerca do contexto vivido e projeções sobre a realização da Providência (JOHNSTON, 2011). Assim, embora experienciassem a derrota, homens e mulheres ancorados em expectativas profético-políticas, ainda

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social na FFLCH-USP e bolsista FAPESP, processo n. 2017/06970-2.

<sup>2</sup> No original: “yet beliefs in radical millenarianism, the hopes that end-time was near, were hardly quiet.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

encontraram formas de manifestar sua oposição à monarquia, justificando a desobediência e a rebelião contra governantes que consideravam ilegítimos e/ou tiranos.

A dissolução do protetorado em 25 de maio de 1659 parece ter propiciado um momento particular para a mobilização dessas expectativas. Após o fracasso político da administração de Richard Cromwell, filho do Lorde Protetor Oliver Cromwell, a Inglaterra voltou a ser uma república, regida pelo Parlamento. De acordo com Ruth Meyers (2004, p.1), “para os contemporâneos, o retorno do Parlamento pareceu um evento de grande importância, ou até mesmo revolucionário, sinalizando a reversão das recentes tendências conservadoras, e a restauração da República unicameral de 1653.”<sup>3</sup>

Foi em meio a esse contexto de transição de governo, que o pregador milenarista Christopher Feake escreveu *A Beam of Light* e o publicou com o livreiro londrino Livewell Chapman. O longo subtítulo do panfleto explicava seu conteúdo, tratava-se de “um ensaio sobre o estabelecimento (e a fixação sobre bases verdadeiras e próprias) da melhor causa sob os céus: isto é *a causa de Deus, de Cristo, de seu povo, de toda a criação*, que geme e aguarda pela manifestação dos filhos de Deus” (FEAKE, 1659, fl.1)<sup>4</sup>. A referência à “causa” aqui evocava uma expressão comumente mobilizada nos debates políticos no contexto revolucionário. O termo “*good old cause*” apareceu com frequência no ano de 1653, sendo utilizado como oposição ao protetorado de Oliver Cromwell. Aludia de forma nostálgica aos princípios republicanos instituídos em 1649, mas abandonados pelo Lorde Protetor após o estabelecimento do Instrumento de Governo. Ao final do regime cromwelliano, contudo, a “*good old cause*” passou a ser mobilizada por diferentes grupos político-religiosos. Entre os milenaristas, a expressão não retratava apenas o apoio ao republicanismo, mas se referia também às expectativas proféticas (WOOLRYCH, 1957; HUGHES, 1990; HUGHES, 1996; SANTOS JUNIOR, 2016). Feake (1659) escrevera que a causa era aglutinadora, podendo unir os *commonwealthmen*, que rejeitavam a configuração de um regime cujo soberano era uma única pessoa, aos “santos”, que esperavam o cumprimento das profecias.

---

<sup>3</sup> No original: “for contemporaries, Parliament’s return thus seemed an event of immense, even revolutionary significance, signalling the reversal of recent conservative trends, and the restoration of the unicameral Republic of 1653.”

<sup>4</sup> No original: “an essay toward the stating (and fixing upon its true and proper basis) the best cause under heaven: viz. *the cause of God, of Christ, of his people, of the whole creation*, that groans and waits for the manifestation of the sons of God.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os “santos” eram os pentamonarquistas ou Homens da Quinta Monarquia, movimento político-religioso do qual Christopher Feake e seu livreiro, Livewell Chapman, faziam parte. Pautados nas profecias do Livro de Daniel, os pentamonarquistas acreditavam que a Segunda Vinda de Cristo inauguraria um governo concreto sobre a Terra. Diferentemente de outros grupos político-religiosos do período, os pentamonarquistas consideravam a possibilidade de acelerar ou colaborar com a chegada do Milênio a partir de suas ações, entre elas reformas sociais, políticas, econômicas, jurídicas, religiosas e administrativas, ou, para pentamonarquistas mais radicais, por meio da luta armada (CAPP, 2008a).

Em *A Beam of Light*, Feake não defendia uma ação violenta contra o governo, mas sugeria que o povo retomasse a “boa e velha causa” que parecia ter sido abandonada por aqueles que um dia a defenderam. Nas sete seções que compõem o panfleto, Feake descreveu o avanço da causa ao longo das décadas de 1640 e 1650. Em um primeiro momento, ele indicou que ela havia impulsionado as batalhas na Inglaterra, na Irlanda e na Escócia. Ela fora a responsável pela luta do Parlamento pelos interesses, a liberdade, a felicidade e a segurança do povo. A causa de Deus teria avançado quando o Parlamento triunfou em 1649. Para Feake (1659, p.21), a partir de então “(...) a *Causa* parecia agora ser uma *Nova Causa*, ou, a *Antiga ressurgida em glória*”<sup>5</sup>, já que o monarca havia sido condenado por seus crimes. Assim, a causa de Deus avançava conforme o poder monárquico era abolido e o bem comum se tornava a principal preocupação do governo. Mas a prosperidade da causa não perdurou, pois ela foi traída em 12 de dezembro de 1653, quando o protetorado foi decretado. Feake (1659, p.52) acusava Oliver Cromwell de ser um traidor, porque depois de ter afirmado que estava a favor da concretização do Reino de Cristo, ele erigiu “(...) a mais *Monstruosa Monarquia*, o *poder mais Arbitrário* (...)”<sup>6</sup>. Com esse golpe, a causa que havia unido o povo para o estabelecimento do bem comum estava perdida em meio aos diferentes interesses dos parlamentares, dos “santos” e do protetorado. Apesar disso, Feake acreditava na possibilidade de que a “good old cause” se fortalecesse através dos esforços dos verdadeiros *commonwealthmen* e pentamonarquistas. Os primeiros buscavam “(...) *preservar, defender e promover* o

---

<sup>5</sup> No original: “the *Cause* seemed now to be a *New Cause*, or, the Former raised in glory.”

<sup>6</sup> No original: “(...) the most *Monstrous Monarchy*, the most *Arbitrary power* (...)”.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*PÚBLICO*, (...) contra o *Interesse privado*”<sup>7</sup>; já os Homens da Quinta Monarquia desejavam destruir o “(...) *Anticristo e seus Interesses*, (...) para o *Avanço do Reino do Senhor Jesus Cristo*, em toda a terra” (FEAKE, 1659, p.57-58)<sup>8</sup>. Christopher Feake apontava assim a necessidade de se opor a qualquer governo monárquico ou de uma única pessoa, que não fosse Cristo (CAPP, 2008a).

Essa perspectiva profético-política, que alinhava uma defesa da *commonwealth* às expectativas milenaristas aparecia em diversos outros panfletos publicados entre as décadas de 1650 e 1660. O que cabe ressaltar aqui é que parte desses textos foi produzida e disseminada por um mesmo conjunto de impressores e livreiros que se opunham à monarquia e tinham fortes relações com a agenda dos pentamonarquistas e outros grupos milenaristas. Identificados pelos censores da época, esses sujeitos eram os impressores Simon e Joan Dover, John Twyn e Thomas Creake; os livreiros Livewell e Hannah Chapman, Francis e Eleanor Smith, Thomas e Anna Brewster e Giles e Elizabeth Calvert; e os encadernadores George Thresher e Nathan Brooks. Apelidados de “Estacionários Confederados” pelo censor que os investigava nos anos 1660, Sir Roger L’Estrange, alguns desses mesmos personagens participaram da composição de panfletos anônimos, clandestinos e sediciosos, entre eles *A Door of Hope*, *Mene Tekel* e *A Treatise of the Execution of Justice* (AN EXACT, 1664; GREAVES, 1986; BELL, 1992; LIMA, 2016). Diferentemente de *A Beam of Light*, esses outros três panfletos foram publicados no início do governo de Carlos II, no qual as políticas do período da Restauração buscaram reprimir manifestações de oposição à monarquia. A reconfiguração dos sistemas de censura nesse momento fez com que autores, impressores e livreiros oposicionistas precisassem agir às escondidas, recorrendo a estratégias editoriais e comerciais que protegessem suas empreitadas (LIMA, 2020).

*A Door of Hope* foi impresso de forma anônima e clandestina, provavelmente a partir de um sermão proferido pelo tanoeiro pentamonarquista Thomas Venner. O texto foi lançado como um manifesto para a sublevação armada contra o governo. Era a segunda vez que Venner planejava uma rebelião. Em 1657, havia tentado atacar o regime cromwelliano, mas seus planos foram descobertos antes mesmo de serem colocados em

---

<sup>7</sup> No original: “(...) to preserve, defend and promote the *PUBLICK*, (...) against the *private Interest* (...)”.

<sup>8</sup> No original: “(...) *Antichrist and his Interests*, (...) to improve with all diligence their Time and Talents for the *Advancement of the Kingdom of the Lord Jesus Christ*, throughout all the earth.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ação. Na altura, um panfleto também havia circulado, *A Standard Set Up* de possível autoria do genro de Venner, William Medley, que provavelmente deve ter colaborado com a redação de *A Door of Hope* também. *A Door of Hope* não parece ter sido comercializado, mas sim distribuído de mão em mão pouco antes da revolta conduzida por Venner em janeiro de 1661 (CAPP, 2008b). O impressor do texto não foi identificado, ainda é necessário fazer uma análise bibliográfica detalhada da obra para isso, mas é possível que tenha sido publicado por, ou com a ajuda de, Francis Smith, livreiro e pregador batista que foi, inclusive, examinado pelas autoridades, por uma suposta participação na rebelião (SMITH, 1681).

De acordo com Bernard Capp (2008b), *A Door of Hope* parece ter duas seções distintas, uma primeira que chama à ação, conclamando que o povo “*Se LEVANTE contra a semente carnal, serpentina, maldita*”<sup>9</sup> que destrói a Terra (A DOOR, 1661). Nessa parte, o texto fazia três declarações: 1. Que fossem destruídos todos os poderes e administrações mundanas; 2. “Que toda a *Liberdade Civil*, e todos os Direitos dos homens”<sup>10</sup> ascendessem com a conformação do governo de Cristo; 3. Que um Tesouro Comum fosse criado a partir dos espólios das guerras contra os traidores (A DOOR, 1661, p.4). Já a segunda parte do texto, teria um tom mais erudito, fazendo referências não apenas à Bíblia, mas a um debate teológico, citando: *Knowledge of Times* do pregador pentamonarquista John Twillinghast, publicado por Chapman em 1655; *Clavis Apocalyptica* de um “autor germânico”, traduzida para o inglês por Samuel Hartlib e John Dury, e publicada por Giles Calvert em 1651; *Clavis Apocalyptica* de Joseph Mede, que circulou em diversas edições desde 1627; e *Hope of Israel* de Menasseh ben Israel, publicado por Livewell Chapman em 1651 e 1652, e pouco antes, em 1650, pela livreira que viria a se tornar sua esposa, Hannah Allen. Essa parte parecia funcionar como uma justificativa para o manifesto, discutindo a provável data para o advento do Milênio (CAPP, 2008a; CAPP, 2008b; LIMA, 2016).

A revolta planejada por Venner, contudo, foi derrotada. Ele e outros rebeldes foram executados por alta-traição em 19 de janeiro de 1661. Diversos grupos político-religiosos procuraram se afastar da imagem de Venner e dos pentamonarquistas depois

---

<sup>9</sup> No original: “*To RISE UP against the carnal, serpentine, accursed seed, who are the destroyers of the Earth*”.

<sup>10</sup> No original: “2. That all *Civill Liberty*, and Rights of men.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do ocorrido, mas ainda assim, projetos profético-políticos continuaram a circular amplamente (GREAVES, 1986; CAPP, 2008a; CAPP, 2008b; ACHINSTEIN, 2003; JOHNSTON, 2011).

Assim, dois anos depois da rebelião de Venner e da circulação de *A Door of Hope*, foi publicado *Mene Tekel*. O texto foi lançado anonimamente. Há alguma especulação sobre sua autoria, pois as autoridades chegaram a cogitar o pentamonarquista Nathaniel Strange, os pregadores independentes John Goodwin e John Owen, e o militar Roger Jones (que participara do exército de Oliver Cromwell durante a Revolução Inglesa) como prováveis autores, mas nada foi comprovado. Sua publicação foi realizada pelo impressor John Twyn e pela livreira Elizabeth Calvert (AN EXACT, 1664; GREAVES, 1986; BELL, 1992; WEBER, 1996; JOHNSTON, 2011, ZOOK, 2013).

O título completo de *Mene Tekel* já pontuava sua forte oposição contra o rei e as premissas que fundamentavam tal posicionamento: “Mene Tekel, ou a queda da tirania. Um tratado onde a liberdade e a equidade são vindicadas, e a tirania condenada pela lei de Deus e a reta razão, e o poder e o direito das pessoas de executarem a justiça sem e sobre os governantes cruéis, afirmados”<sup>11</sup> (1663, fl.1). A expressão “Mene Tekel”, utilizada no título, vem do quinto capítulo do Livro de Daniel, que narra a história do banquete de Belsazar, rei da Babilônia. Belsazar teria reunido mil de seus senhores e lhes servido vinho em cálices de ouro e prata, os quais haviam sido trazidos de um templo em Jerusalém por seu antecessor, Nabucodonosor. Príncipes, esposas e concubinas bebiam e louvavam a deuses pagãos, quando uma mão teria surgido subitamente e escrito nas paredes do palácio: “Mene, mene, tekem, upharsin” (DANIEL 5:25). Sem entender as palavras, Belsazar convocou astrólogos, adivinhos e sábios, mas nenhum deles conseguiu decifrar a mensagem. A rainha contou a Belsazar, então, que em seu reino habitava um homem capaz de esclarecer os escritos misteriosos: Daniel. O profeta foi chamado e interpretou o texto divino. Esclarecendo o sentido das palavras, Daniel disse: “Mene – Deus contou o teu reino e o finalizou. Tekem – Tu foste pesado nas balanças e encontrado em falta. Peres – Teu reino foi dividido e dado aos medos e persas” (DANIEL 5:26-28). Na mesma noite, a Babilônia teria sido invadida e conquistada por Dário, o medo.

---

<sup>11</sup> No original: “Mene tekem, or, The downfall of tyranny a treatise wherein liberty and equity are vindicated, and tyranny condemned by the law of God and right reason, and the peoples power and duty to execute justice without and upon wicked governors, asserted”.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao longo da Época Moderna, o episódio foi evocado e interpretado por diferentes exegetas em suas reflexões acerca do Milênio. Assim como as demais partes do Livro de Daniel, esse capítulo era fundamental para a cronologia profética e a datação do advento da Segunda Vinda. Os sonhos proféticos do Livro de Daniel descreviam a sucessiva destruição de quatro impérios ou monarquias que antecederiam a vinda de Cristo, dando início a um período de mil anos de felicidade. Para além de ter sido um tópico do debate teológico, a história também foi mobilizada em textos profético-políticos, que discutiam os modos de governar, como parecia ser o caso de *Mene Tekel* (JUE, 2006; CAPP, 2008a; LIMA, 2014). O panfleto era um tratado político-religioso que discutia a própria natureza do poder. Segundo o panfleto, a

magistratura é uma ordenação de Deus, para o correto ordenamento das Comunidades; pelo qual aqueles que são reunidos para o Governo, são legitimamente chamados para servir a Deus e ao povo, para sua Glória e seu Bem, na execução da Justiça, e proteção daqueles sob sua responsabilidade, e, portanto, recebem o devido Poder, Honra, Tributo, e Obediência (MENE TEKEL, 1663, p.1).<sup>12</sup>

O poder, nesse sentido, originava-se em Deus para que o Senhor fosse honrado e o povo beneficiado. Por essa razão, o povo precisava aprovar e consentir que o soberano detivesse o governo. Sendo assim, nenhum poder legítimo poderia ser proveniente exclusivamente da conquista, que *per se* era um terrível ato de violência e opressão; nem da hereditariedade, que não dava o direito de governo a qualquer pessoa, “a menos que o Povo consinta em Escolhê-la para isso.” (MENE TEKEL, 1663, p.10).<sup>13</sup>

Os magistrados devem ser servos de seu povo, prezando pelo seu bem-estar. Se falhassem em o fazer, desrespeitando as leis de Deus e interferindo na preservação das vidas, das liberdades, da justiça e das posses dos governados, os magistrados eram considerados tiranos. O texto, assim, diferenciava reis legítimos de tiranos, alertando que

---

<sup>12</sup> No original: “Magistracy is an Ordinance of God, for the right ordering of Commonwealths; whereby such as are meet for Government, are lawfully called to serve God and the People therein, for his Glory and their Good, in the execution of Judgement, and protection of those committed to their charge, and receive due Power, Honour, Tribute, and Obedience therefore.”

<sup>13</sup> No original: “unless the People consent to Choose him thereunto.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o Governo é como eu demonstrei anteriormente, de Deus; e a Tirania do Demônio. Nós não podemos desprezar Governantes legítimos; que executam a Justiça, e regem com Temor a Deus; mas podemos desprezar àqueles Governantes que Oprimem, Matam e Destroem o Povo. (...) Pois não há dignidade na Tirania, ela é a maior indignidade do Mundo. Nós não podemos falar negativamente contra o Governo, porque é a Ordenação de Deus para o nosso bem, e há muita Dignidade ou Glória na *Instituição* de Deus. Mas podemos [assim falar] da Tirania, porque é uma Invenção do Demônio e de homens Perversos, para o nosso sofrimento, e é uma coisa vil e abominável, odiosa para Deus e o Homem (MENE TEKEL, 1663, p.67).<sup>14</sup>

Por essa razão, *Mene Tekel* argumentava, não era errado resistir a um tirano. Embora Mateus 25.39 ensinasse que não se devia resistir ao mal, mas oferecer a outra face, o texto apontava que a Bíblia impedia apenas que se revidasse o mal com o mal

se você entender as palavras: *Não resista ao Mal*, proibindo toda a Resistência do Mal, seria impossível para o Mundo subsistir: Pois se nós não resistirmos àqueles que vem para nos matar, nos roubar, queimar nossas casas, violentar as mulheres, levar nossas crianças como escravas, e fazer tais maldades intoleráveis, nós deveríamos partir do Mundo, pois não haveria vida aqui (MENE TEKEL, 1663, p.81).<sup>15</sup>

O texto concluía que não era proibido às “Pessoas resistir a um Governante Cruel e Tirano, que por sua Posição está obrigado a protegê-las, e ainda assim perfídia e traiçoeiramente, os oprime, matando a alguns, aprisionando a outros, por fazer o bem,

---

<sup>14</sup> No original: “Government is as I have shewed before, from God; Tyranny from the Devil. We may not despise lawful Rulers, such as execute Justice, and rule in the Fear of God; but we may despise those Rulers who Oppress, Murder and Destroy the People. (...) For there is no dignity in Tyranny, it is the highest indignity in the World. We may not speak reproachfully of Government, because it is Gods Ordinance for our good, and there's much Dignity or Glory in Gods *Institution*. But we may of Tyranny, because it is an Invention of the Devil and wicked Men, for our hurt, and is a vile abominable thing, hateful to God and Man.”

<sup>15</sup> No original: “if you would understand the words, *Resist not Evil*, to forbid all Resistance of Evil, it were impossible for the World to subsist: For if we may not resist those who come to murder us, rob us, burn houses, ravish women, carry away our children for slaves, and do such like intolerable evils, we must go out of the World, for there is no living here.”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

empobrecendo e escravizando a todos.” (MENE TEKEL, 1663, p.81).<sup>16</sup> Com esses argumentos, o texto pretendia que seus leitores identificassem em Carlos II os sinais da tirania e soubessem como proceder contra seu governo.

A *Treatise of the Execution of Justice* era ainda mais enfático em sua reprovação à monarquia. Também publicado por Twyn e Calvert em 1663, o panfleto parecia uma versão resumida e potente de *Mene Tekel*. O texto tratava, sobretudo, da justificativa das ações dos súditos contra governantes tiranos. Voltar-se contra um tirano não era um ato de rebeldia, mas sim a execução da justiça. Se os magistrados falhassem em cumpri-la, cabia ao povo exercer as Leis de Deus e fazer justiça contra quem lhes oprimia. Possivelmente composto para inflamar os projetos subversivos no norte da Inglaterra – os quais foram abortados devido à descoberta dos planos por informantes e espiões do reino (AN EXACT, 1664; GREAVES, 1986; BELL, 1992, JOHNSTON, 2011) –, o panfleto argumentava que

Se as Pessoas não cuidam da Execução da Justiça, quando o Magistrado a perverte, não há meio visível para a preservação da Terra; Pois se os Tiranos puderem exercer seus prazeres incontrolavelmente, e ninguém se opuser a eles, não há esperanças, além de que eles vão levar a Terra à Ruína e à Desolação (A TEATRISE, 1663, p.8).<sup>17</sup>

O povo, nesse sentido, não deve obediência a um governante que atente contra os direitos primordiais dos homens à liberdade e à vida. A Lei de Deus permitiria que as pessoas rejeitassem o governante, depondo-o e escolhendo outro para ocupar o seu lugar.

“Quantas razões mais a *Inglaterra* precisa para rejeitar a Casa dos *Stuarts* do que *Israel* já precisou para rejeitar a Casa de *Davi*?”<sup>18</sup>, perguntava o texto (A TREATISE, 1663, p.14). Carlos II era acusado de sobretaxar a população para financiar seus luxos

---

<sup>16</sup> No original: “People to resist a Cruel and Tyrannous Governour, who by his Office is bound to protect them, and yet most perfidiously and traiterously, doth oppress them, murdering some, imprisoning others, for doing well, impoverishing and enslaving all.” *Idem ibidem*.

<sup>17</sup> No original: “If the People do not take care of the Execution of Justice, when the Magistrate perverts it, there is no visible means left for the preservation of a Land; For if Tyrants may exercise their pleasures uncontrouled, and none oppose them, there is no hopes, but that they will bring a Land to Ruine and Desolation”.

<sup>18</sup> No original: “O how much more reason hath *England* to reject the House of the *Stuarts* then ever *Israel* had to reject the House of *David*?”

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lascivos, de empobrecer as terras, de oprimir a população, de forçar seus súditos a se submeterem ao papismo, instituindo uma “tirania dos Bispos”<sup>19</sup>, e de punir não-conformistas com a morte (A TREATISE, 1663, p.16). Mortes essas que faziam Carlos II ser comparado à rainha Maria I, cuja violência contra os protestantes fora avassaladora. Opor-se à Carlos II, portanto, não era um ato de traição ou vingança, mas uma legítima defesa, autorizada por Deus em suas Leis, e necessária para a preservação da liberdade do povo inglês. O panfleto assim justificava não apenas a desobediência a Carlos II, considerado um tirano violento, como conclamava que era necessário que o povo se libertasse de sua opressão.

*A Treatise of the Execution of Justice*, assim como os demais panfletos examinados nesse *paper*, isto é, *Mene Tekel*, *A Door of Hope* e *A Beam of Light*, demonstram o imbricamento entre perspectivas milenaristas e antimonarquistas na Inglaterra entre o final do protetorado e os anos iniciais do governo de Carlos II. A linguagem profético-política desses quatro textos não apenas rejeitava o regime monárquico, fazendo oposição à Restauração do rei Stuart, mas também teorizava acerca dos modos de governar, propondo definições de tirania, de soberania e de obediência. Além disso, a mensagem desses panfletos justificava a rebelião e chamava à ação. Nessa perspectiva, a expectativa pelo cumprimento do “Mene Tekel” inscrito no palácio de Belsazar, isto é, pela queda dos governos mundanos para a ascensão da Quinta e Última Monarquia de Cristo não era passiva. A promessa milenarista contava com a intervenção da ação humana, legitimada pelas Escrituras. Rebelar-se, portanto, era imperativo; era a postura do verdadeiro fiel, que estava ao lado dos desígnios da Providência, e contra a ação do Demônio.

## REFERÊNCIAS

ACHINSTEIN, Sharon. **Literature and Dissent in Milton’s England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

**A Door of Hope:** Or, A call and declaration for the gathering together of the first ripe fruits unto the standard of our Lord, King Jesus. [London: s.n., 1660].

---

<sup>19</sup> No original: “tyranny of Bishops”.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**An exact narrative of the tryal and condemnation of John Twyn, for printing and dispersing of a treasonable book, with the tryals of Thomas Brewster, bookseller. Simon Dover, printer. Nathan Brooks, bookbinder, for printing, publishing, and uttering of seditious, scandalous, and malicious pamphlets.** At Justice-Hall in the Old-Bayly London, the 20th. and 22nd. of February 1663/4. Published by authority. London: printed by Thomas Mabb for Henry Brome at the Gun in Ivy-lane, 1664.

**A treatise of the execution of justice**, wherein is clearly proved, that the execution of judgement and justice, is as well the peoples as the magistrates duty; and that if magistrates pervert judgement, the people are bound by the law of God to execute judgement without, the and upon them. [London: s.n., 1663].

BELL, Maureen. "Elizabeth Calvert and the 'Confederates'". **Publishing History**, n. 32, pp. 5–49, 1992.

CAPP, Bernard. **The Fifth Monarchy Men**: a study in Seventeenth Century English Millenarianism. London: Faber and Faber, 2008a.

CAPP, Bernard. "A Door of Hope Re-opened: The Fifth Monarchy, King Charles and King Jesus". **Journal of Religious History**, v. 32, n. 1, pp. 16–30, 2008b.

FEAKE, Christopher. **A beam of light, shining in the midst of much darkness and confusion**: being (with the benefit of retrospection) an essay toward the stating (and fixing upon its true and proper basis) the best cause under heaven: viz. the cause of God, of Christ, of his people, of the whole creation, that groans and waits for the manifestation of the sons of God. By Chr. Feake, preacher of the gospel of the Kingdom of Jesus Christ. London: printed, by J.C. for Livewell Chapman, at the Crown in Popes-head Alley, 1659.

GREAVES, Richard L. **Deliver us from evil**: the radical underground in Britain, 1660-1663. Oxford: Oxford University Press, 1986.

GREAVES, Richard L. **Enemies under his feet**: radicals and nonconformists in Britain, 1664-1677. Stanford: Stanford University Press, 1990.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. **The experience of defeat**: Milton and some contemporaries. London: Verso, 2016.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HUGHES, John. "Good Old Cause". In: FRITZE, Ronald H.; ROBISON, William B.; ROBISON, William; *et al.* **Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689.** London: Greenwood Publishing Group, 1996.

HUGHES, John. "The Commonwealthmen Divided: Edmund Ludlowe, Sir Henry Vane and the Good Old Cause, 1653-1659". **The Seventeenth Century**, v. 5, n. 1, pp. 55–70, 1990.

JOHNSTON, Warren. **Revelation restored: the apocalypse in later seventeenth-century England.** Woodbridge: Boydell Press, 2011.

JUE, Jeffrey K. **Heaven upon earth.** Dordrecht: Springer, 2006.

LIMA, Verônica Calsoni. "A cronologia das bestas e o cumprimento das profecias: o conhecimento histórico nas obras pentamonarquistas de William Aspinwall (1653-1657)". **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 3, n. 1, pp. 75–93, 2014.

LIMA, Verônica Calsoni. "Edição & Censura: a materialidade dos panfletos de Sir Roger L'Estrange no início dos anos 1660". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, pp. 1–50, 2020.

LIMA, Verônica Calsoni. **Impresso para ser vendido na Crown em Pope's Head Alley:** Hannah Allen, Livewell Chapman e a disseminação de panfletos radicais religiosos durante a Revolução Inglesa (1646-1665). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2016.

MAYERS, Ruth E. **1659: the crisis of the commonwealth.** Woodbridge: Boydell & Brewer, 2004.

**Mene tekel; Or, The downfall of tyranny.** A treatise wherein liberty and equity are vindicated, and tyranny condemned, by the law of God and right reason: And the peoples power, and duty, to execute justice, without, and upon, wicked governors, asserted. By Laophilus Misotyrannus. [London: s.n.], printed in the year, 1663.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. "John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa". **Hydra**, v. 1, n. 1, pp. 98–117, 2016.

SMITH, Francis. **An account of the injurious proceedings of Sir George Jeffreys Knt. late recorder of London, against Francis Smith, bookseller, with his arbitrary**

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**carriage towards the grand-jury, at Guild-Hall, Sept. 16. 1680.** Upon an indictment then exhibited against the said Francis Smith, for publishing a pretended libel; entitled, An act of Common-Council for retrenching the expences of the Lord Mayor and sheriffs of the City of London, &c. Together with an abstract of very many former losses, and publick sufferings sustained by him both in his person and estate. Humbly submitted to the consideration of all true English-men. London: printed for Francis Smith, at the Elephant and Castle in Cornhil near the Royal-Exchange, [1681].

WEBER, Harold. **Paper bullets: print and kingship under Charles II.** Lexington: University Press of Kentucky, 1996.

WOOLRYCH, A. H. "III. The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate". **Cambridge Historical Journal**, v. 13, n. 2, pp. 133–161, 1957.

ZOOK, Melinda. **Protestantism, Politics, and Women in Britain, 1660–1714.** Hampshire: Palgrave MacMillan, 2013.